

TERMO DE CONTRATO Nº 23030101-CM Q DE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ, COM A SRA. KÁTIA DE PINHO PESSOA XAVIER.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL que fazem entre si, de um lado A CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ - CE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Major Felizardo de Pinho Pessoa, S/N, Centro, Viçosa do Ceará/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 07.347.826/0001-70, neste ato representada pelo respectivo Presidente, Sr. EDIOMAR DE CARVALHO SILVA, inscrito no CPF 497.029.123-34, doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado a Sra. KÁTIA DE PINHO PESSOA XAVIER, inscrita no CPF: 117.768.543-49, residente a Rua François Teles de Menezes, 188, Apt 1301, CEP 60415-110, bairro de Fátima, Fortaleza - CE, Estado do Ceará, Estado do Ceará, doravante denominada de CONTRATADA, de acordo com as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O objeto do presente instrumento contratual é a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL DESTINADO AO ARQUIVO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL, sendo um imóvel do tipo comercial com área total de 157,50m2 localizado na Av. Felizardo de Pinho Pessoa, Nº 290, bairro Centro, no Município de Viçosa do Ceará, com um vão de 140m2, contendo cantina e dois banheiros, com área de 17,50m2, paredes em alvenaria, rebocada e pintada, piso cimentado, cobertura em telhas cerâmicas, forrado, sendo parte em gesso e outro em madeira e portas de acesso em madeiras.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1- Este contrato fundamenta-se no processo de **Dispensa de Licitação nº 11/2023-CMVC**, tem como amparo o inciso X do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1- O presente contrato tornar-se-á efetivo, pelo período de até **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1- Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, bem como para atestar a execução do mesmo, através do servidor, o Sr. Alanio da Silva Medeiros, designado pelo Presidente da Câmara
- 4.2- Comunicar ao **CONTRATADO** toda e qualquer ocorrência relacionada com a locação, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.
- 4.3- Efetuar o pagamento na forma convencionada na Cláusula Sexta deste instrumento, desde que preenchidas as formalidades e exigências da referida Cláusula;
- 4.4- Arcar com todas as despesas mensais de energia, água e esgoto e telefone, durante a vigência deste contrato e até a sua entrega definitiva.
- 4.5- Arcar com todas as despesas de adaptação interna do imóvel as necessidades a que se destina, não dedutível do valor da locação mensal;
- 4.6- Manter o imóvel sempre bem cuidado, fazendo as manutenções preventivas e corretivas necessárias, principalmente quanto às instalações elétricas, telefônicas e hidrossanitárias.
- 4.7- Não transferir este contrato, não sublocar, não ceder ou emprestar, sob qualquer pretexto e de igual forma alterar a destinação da locação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO



- 5.1- Fornecer, sempre que solicitado, informações pertinentes à execução do objeto deste Contrato.
- 5.2- Entregar o imóvel totalmente desembaraçado e quite com as obrigações legais de impostos e taxas contas de energia, água e esgoto.
- 5.3- Assumir inteira responsabilidade sobre todos os encargos, inclusive taxas e impostos, que direta ou indiretamente venham a incidir sobre o objeto deste instrumento
- 5.4- Permitir que o locatário execute serviços de adaptação interna no prédio, que não importe alteração na sua estrutura original, para adequação das necessidades a que se destina.
- 5.5- Cumprir fielmente o presente contrato, inclusive os prazos de entrega nos termos acordados, executando-os sobre sua inteira responsabilidade;
- 5.6- Em caso de desapropriação do imóvel locado, ficará o locador desobrigado de todas as cláusulas do presente contrato, restando ao locatário à faculdade de pleitear do poder público expropriante os ressarcimentos que se julgar com direito, sem participação na indenização a que vier a fazer jus o proprietário do imóvel;
- 5.7- Em caso de venda ou promessa de venda do imóvel locado, o locatário terá o seu direito de preferência na aquisição do imóvel, não podendo, poderá o locador alienar o mesmo a quem bem lhe aprouver.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO DO ALUGUEL, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA INADIMPLÊNCIA

- 6.1- A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor mensal de R\$ 1.842,00 (um mil oitocentos e quarenta e dois reais), totalizando o valor global de R\$ 22.104,00 (vinte e dois mil, cento e quatro reais).
- 6.2- As despesas decorrentes deste contrato, correrão por conta da dotação orçamentária a seguir 0101 Câmara Municipal de Viçosa do Ceará 01 031 0001 2.001 Funcionamento do Legislativo Municipal; ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.36.00 Outros serv. de terceiros pessoa física
- 6.3 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, conforme controle efetuado pela Câmara Municipal, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao mês vencido;
- 6. 4 O preço cotado, constante da proposta da CONTRATADA, não sofrerá nenhum reajuste sob qualquer pretexto, sendo fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (Doze) meses, conforme legislação do Plano Real, após esse período poderão ser reajustados, e a cada 12 (doze) meses subsequentes, pela variação do IGPM dos últimos doze meses anteriores.
- 6.5 Havendo atraso de pagamento, será procedido a título de inadimplência o pagamento de 1% (hum por cento) ao mês de juros de mora dos valores a serem pagos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FONTE DE RECURSOS

7.1- Os recursos financeiros para liquidação das despesas correrão por conta de recursos próprios da Câmara Municipal de Viçosa do Ceará.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

- 8.1- A rescisão contratual poderá ser:
- a) Determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- c) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;



d) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

- 9.1 Fica o CONTRATANTE obrigado ao pagamento de multa nos casos de:
- a) O não cumprimento do avençado neste instrumento contratual, implicará ao pagamento de multa correspondente à 5% (cinco por cento), calculado sobre o montante a ser pago, mensalmente, a **CONTRATADA**;
- 9.2- A CONTRATADA, pela sua inadimplência no cumprimento do contrato, enquanto durar o vínculo contratual, estará sujeito às seguintes sanções:
- a) advertência;
- b) suspensão temporária do direito de participar de licitação;
- c) impedimento de contratar com a administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Viçosa do Ceará - Ce, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, as partes firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que possa produzir os efeitos legais.

Viçosa do Ceará-CE, 01 de março de 2023.

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VICOSA DO CEARÁ

C.P.F. 117.768.543-49

TESTEMUNHAS:

Jairo Rocho Li Exilo Nome: CPF: 071.617.183-09